

JE

Jornal dos Economistas

Nº 350 Outubro de 2018

Órgão Oficial do Corecon-RJ e Sindecon-RJ

A Guerra Fria comercial de Trump



Bernardo Kocher, Carlos Serrano Ferreira, Williams Gonçalves, Elias Jabbour e Alexis Dantas discorrem sobre a guerra comercial mundial e outras consequências econômicas das políticas internacionais do governo Trump e seus impactos no Brasil.

Trabalho de Pâmella Penna, menção honrosa
no 27º Prêmio de Monografia

Artigo do Fórum apresenta o quadro fiscal
real da UFRJ e Museu Nacional

Um elefante na loja de cristais

Esta edição dedica-se a debater os impactos econômicos no mundo e Brasil do que um de nossos colaboradores denominou Guerra Fria comercial de Trump.

O bloco temático começa com artigo de Bernardo Kocher, da UFF, no qual o autor descreve a Doutrina Trump, que elegeu o déficit da balança comercial como o problema central dos EUA. A China, considerada a maior beneficiada da globalização, foi tomada como alvo.

Carlos Serrano Ferreira, da UFRJ, avalia que a política comercial dos EUA, um império decadente, é coerente com a busca de Trump de agrandar suas bases internas. Mas a tentativa de manter a qualquer custo a hegemonia que se esvai acaba por afastar a UE dos EUA, solidificar a aliança sino-russa e abrir espaço para a ampliação da influência chinesa.

Williams Gonçalves, da Uerj, afirma que guerras comerciais são parte do processo de luta pela hegemonia e que os EUA repetem o que os britânicos fizeram contra os emergentes alemães e norte-americanos no último quarto do século XIX. Trump assumiu abertamente o descenso internacional dos EUA e se mostra determinado a evitá-lo, forçando seu sucessor a sustentar essa posição.

Elias Jabbour e Alexis Dantas, da FCE-Uerj, defendem que não existe nada de irracional nas ações de Trump. Ele enfrenta os problemas dos EUA de frente com ameaças, retaliações comerciais, bloqueios financeiros e a estratégia de não escolher aliados contra o inimigo principal.

Fora do bloco temático, publicamos o último dos resumos dos textos vencedores do 27º Prêmio de Monografia. O trabalho de conclusão de curso de Pâmella Teixeira Mendes Penna, intitulado *Financeirização e Dependência: o Brasil nas transformações do capitalismo contemporâneo*, recebeu menção honrosa no concurso.

O artigo do Fórum esmiúça e comenta o orçamento da UFRJ e do Museu Nacional de 2013 a 2018, com o objetivo de verificar os números, por vezes incorretos, publicados na imprensa e redes sociais após a tragédia no Museu.

Sumário

Guerra Fria comercial	3
<i>Bernardo Kocher</i>	
A “Doutrina Trump” e a guerra comercial global	
Guerra Fria comercial	5
<i>Carlos Serrano Ferreira</i>	
Governo Trump: apagando incêndios com gasolina – Um governo caótico em um império decadente	
Guerra Fria comercial	8
<i>Williams Gonçalves</i>	
A guerra comercial entre China e Estados Unidos	
Guerra Fria comercial	10
<i>Elias Jabbour e Alexis Dantas</i>	
A “democracia de mercado” contra a China	
Monografia	12
<i>Pâmella Teixeira Mendes Penna</i>	
Financeirização e Dependência: o Brasil nas transformações do capitalismo contemporâneo	
Fórum Popular do Orçamento	14
Pela UFRJ e pelo Museu Nacional	

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, às segundas de 9h às 10h e de terça a sexta de 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 kHz ou na internet: www.aepet.org.br.

Conselho Editorial: Sidney Pascounto da Rocha, João Manoel Gonçalves Barbosa, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Marcelo Pereira Fernandes, Gisele Rodrigues, Wellington Leonardo da Silva, Paulo Passarinho, Sergio Carvalho C. da Motta, José Ricardo de Moraes Lopes e Gilberto Caputo Santos. **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro. **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda-ME (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866). **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (rossana.henriques@gmail.com). **Ilustração:** Aliedo. **Revisão:** Bruna Gama. **Fotolito e Impressão:** Edigráfica. **Tiragem:** 15.000 exemplares. **Periodicidade:** Mensal. **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20040-906
Telefax: (21) 2103-0178 – Fax: (21) 2103-0106
Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: José Antonio Lutterbach Soares. **Vice-presidente:** João Manoel Gonçalves Barbo-

sa. **Conselheiros Efetivos:** 1º TERÇO: (2017-2019) Arthur Camara Cardozo, João Manoel Gonçalves Barbosa, Regina Lúcia Gadioli dos Santos - 2º TERÇO: (2018-2020) Antônio dos Santos Magalhães, Flávia Vinhaes Santos, Jorge de Oliveira Camargo - 3º TERÇO: (2016-2018) Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Sidney Pascounto Rocha, José Antônio Lutterbach Soares. **Conselheiros Suplentes:** 1º TERÇO: (2017-2019) Andréa Bastos da Silva Guimarães, Gisele Mello Senra Rodrigues, Marcelo Pereira Fernandes - 2º TERÇO: (2018-2020) André Luiz Rodrigues Osório, Gilberto Caputo Santos, Miguel Antônio Pinho Bruno - 3º TERÇO: (2016-2018) Arthur Cesar Vasconcelos Koblitz, José Ricardo de Moraes Lopes, Sergio Carvalho Cunha da Motta.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000. Tel.: (21) 2262-2535 Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192. Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

Mandato – 2017/2020

Coordenação de Assuntos Institucionais: Antonio Melki Júnior, Cesar Homero Fernandes Lopes, Sidney Pascounto da Rocha (Coordenador Geral) e Wellington Leonardo da Silva.

Coordenação de Relações Sindicais: Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Gilberto Caputo Santos, João Manoel Gonçalves Barbosa, José Ricardo de Moraes Lopes.

Coordenação de Divulgação Administração e Finanças: André Luiz Silva de Souza, Gilberto Alcântara da Cruz, José Antonio Lutterbach Soares e Guilherme Tinoco Oliveira dos Anjos.

Conselho Fiscal: Jorge de Oliveira Camargo, Luciano Amaral Pereira e Regina Lúcia Gadioli dos Santos.

A “Doutrina Trump” e a guerra comercial global

Bernardo Kocher*

Desde o crescimento da importância de Donald Trump para o processo eleitoral ficou claro que o cenário internacional sofreria o impacto da sua ascensão ao poder. Suas colocações históricas, desprovidas de sentido ou objetivos claros, possuem retórica mais conservadora do que a direita do Partido Republicano norte-americano costuma oferecer. Donald Trump é um direitista distinto da grande linhagem de conservadores americanos, já que não se preocupa em se reproduzir no interior de um sistema político estruturado ou transigir, até mesmo com partidários. Dada a grande opacidade de suas ideias – tosca tradução do seu poder de *businessman* para o ambiente político – e a escassez de bases políticas concretas para promover as transformações a que se propõe, suas decisões nestes dois primeiros anos de mandato têm constantemente sofrido contínuas mudanças, ficando à mercê de ações espalhafatosas.

Apesar da sua tentativa exasperada de alargamento do papel do Poder Executivo, a conduta do seu mandato não pode se desvincular de instituições que possuem história e significados sociais próprios. O atual presidente norte-americano, tentando suplantar esta inércia institucional, tornou-se propositivo de posturas radicais em vários campos para o seu país, mas sem contar com o respaldo de uma base parlamentar ou ideológica que o sustente. Diferentemente de Ronald Reagan (1981-1989), não vemos no atual governante um arca-

bouço tanto ideológico quanto político como o que o neoliberalismo propiciou ao mandatário que realizou a última grande revolução socioeconômica no país.

Sua intencional posição de isolamento é produto de uma visão obliterada da realidade econômica mundial. O diagnóstico que ele faz da crise econômica (segundo ele, exclusivamente americana e não mundial) demonstra que o governante está à procura de um caminho próprio em um meio internacional altamente interdependente. Mas neste ambiente, há uma propensão para a busca de soluções coletivas com o fito de viabilizar agendas complexas, inviáveis com a força de apenas um Estado Nacional.

No campo da defesa, o alto nível de beligerância que a política externa norte-americana já apresentava antes da sua ascensão ao cargo de presidente da República – que é em muitos aspectos até maior do que ao tempo da Guerra Fria –, não vislumbra a necessidade de novas hostilidades militares com inimigos externos dos EUA. A agenda de segurança já possui seus parâmetros delineados pelos governos George W. Bush (2001-2008) e Barack Obama (2009-2016). Neste terreno não se faz necessário mais do que desmontar o arcabouço multilateralista deste último e retomar claramente a agenda da Doutrina Bush.

Sendo assim, a agenda comercial se tornou ponto nevrálgico para equacionar a crise de hegemonia do país. O crônico e histórico déficit da balança de comércio é tomado como o problema central a ser equacionado. Isto a

partir de um diagnóstico calcado mais em sentimentalismos do que discernimento objetivo de suas causas. Nesta chave foi construída a orientação de combater tanto as concessões americanas aos aliados europeus quanto a deslealdade de inimigos/concorrentes. Escapou completamente ao governante toda a problemática de perda de produtividade da economia norte-americana, consorciada com a financeirização da economia, a dependência crônica de importação de combustíveis, o *gap* tecnológico da indústria nacional para se colocar competitivamente no mercado internacional e o papel do dólar como meio de troca internacional.

Dada a importância do tema, e pela centralidade com que o presidente recoloca continuamente o assunto, pensamos residir aí (ainda que não formulada) as bases de uma “Doutrina Trump”. Sua elaboração foi responsável, em parte, pela sua vitória eleitoral: o “insatisfeito homem branco” do meio-oeste americano descarregou seus votos no candidato republicano – abandonando a fidelidade aos democratas –, que prometia a resolução do seu problema de desemprego combatendo a mobilidade das empresas produtivas para o sudeste asiático. A China foi tomada como alvo deste diagnóstico, já que é vista como o país que se beneficia majoritariamente deste movimento. Na Europa ocidental, um eventual desmantelamento das instituições da União Europeia – ideia animada pelo Brexit – também alimenta a expectativa da volta do “nacional” (elemento fundante da “doutrina”) como



fato definidor da vida das nações. Aí também se introjeta a existência da desvantagem americana no campo das trocas comerciais.

O problema que Trump pretende resolver não é de fácil solução, pois nas suas origens foi criado pela própria política de seu país. Ao final da Segunda Guerra Mundial, a economia mundial se reconstruiu a partir de uma posição de favorecimento dos norte-americanos para a reconstrução dos aliados executada em dois pilares: a) o Plano Marshall; e b) a importação norte-americana de produtos europeus, a partir de um “protecionismo positivo”. Até 1958, quando se deu o início da livre conversão de moedas nacionais prevista nos acordos de Bretton Woods (1944), esta composição foi positiva. A partir daí, ficaram expostas as primeiras fissuras de crise que acompanhariam a economia norte-americana nas décadas seguintes.

No campo comercial, o que expôs o problema foram as Rodadas Kennedy (1964-1967). Elas



demonstraram uma nova indisposição dos EUA em manter políticas comerciais que os desfavoreciam com os aliados, apesar da contínua diminuição do protecionismo patrocinado pelo Gatt. Os desdobramentos da crise econômica e de relacionamento dos EUA com os europeus na década de 1970, amplamente conhecidos (desvalorização do dólar, inflação, desindustrialização, crises social e política constantes nos Estados Nacionais, etc.), não foram superados pela adoção de medidas liberalizantes preconizadas pelo “neoliberalismo”. O produto desta orientação, longe de realocar no interior do espaço nacional norte-americano sua original capacidade de liderança na área produtiva, promoveu a financeirização ilimitada do lucro, acentuando a mobilidade de seus capitais produtivos.

Todas as medidas econômicas tomadas pelas autoridades norte-americanas desde então apenas atenuaram o problema crônico de desindustrialização (exceção para os poucos setores que escaparam deste processo estão o militar e de informática), já que estava em marcha a ampliação do poder da dupla dimensão de uma nova geopolítica do poder baseada na moeda e na força militar.

A nova configuração da economia mundial cancelou a centralidade do capital produtivo na economia americana. Daí ficou insolúvel um novo problema: o novo papel da China na economia mundial e, em específico, sua competitividade no comércio internacional. Tal situação produziu na direita norte-americana uma sensação de que o projeto de globalização, a *alma mater* do neoli-

beralismo, fracassou. Restava agora formatar a escalada do nacional para a recuperação do parque industrial.

A doutrina ganha corpo devido ao vitorioso processo de extensão do poderio internacional chinês, constituído pela entrada em operação da Nova Rota da Seda, pela superação bem-sucedida do “contágio” ocorrido na crise asiática, após a entrada da China na OMC, com os resultados efetivos do regionalismo aberto asiático etc. Tal poder, calcado num dinâmico parque industrial, na modernização do poderio militar extraterritorial (via construção de porta-aviões e a base militar no Mar da China) e no expressivo papel financeiro internacional (principalmente na compra da dívida pública mobiliária federal norte-americana) deixa a nu as dificuldades norte-americanas no enfrentamento competitivo com um Estado Nacional que possui tantas alternativas autônomas de construção de sua inserção bem-sucedida na economia e política mundiais.

Para o Brasil, a disputa entre seus dois maiores parceiros comerciais expõe a fragilidade da sua inserção internacional, principalmente após o golpe de 2016. Neste momento foi iniciado um realinhamento automático com os EUA, que se revela dia a dia um erro estratégico colossal. A opção do privatismo como orientador da política econômica, transformando a produção industrial nacional em apenas um apêndice da economia, só pode ser explicada pela preferência marginal pelo rentismo dos ilegítimos governantes golpistas. Note-se que o país não foi poupado do protecionismo tarifário recentemente implantado

pelos EUA. A doutrina funciona na periferia capitalista de forma ainda mais intensa e coloca claramente que o nacional está acima de outros compromissos estadunidenses. Por seu turno, a China, desconfiando da solidez da relação com os norte-americanos, poderá, em alguma medida, se lançar a um novo impulso nas relações Sul-Sul, podendo daí advir algum posicionamento mais confortável para a economia brasileira. Mas, de qualquer forma, a “Guerra Fria comercial” trará no curto prazo queda do crescimento econômico global.

No atual estágio da gestão das políticas externa e econômica brasileira, é muito difícil vislumbrar por parte das autoridades locais capacidade (ou intenção) de se aproveitar de uma disputa entre os dois contendores para elaborar uma estratégia de barganha e buscar algum tipo de inserção proveitosa. Diferentemente do ocorrido na década de 1940, quando o presidente Vargas obteve condições da parte de um dos polos de poder para construir a CSN, nossos atuais governantes estão descolados de qualquer compromisso com o desenvolvimento industrial. Sendo assim, a interação do Brasil com o novo contexto de conflito está se fazendo de forma *pontual* (tentando minimizar as novas práticas protecionistas como forma de prestar alguma atenção aos setores envolvidos) e *passiva*, como que aguardando que num mercado imaginário possamos ter condições de sucesso na gestão de nossa política econômica. Falta estratégia para promoção do desenvolvimento.

* É professor de História Contemporânea da Universidade Federal Fluminense.

Governo Trump: apagando incêndios com gasolina – Um governo caótico em um império decadente

Carlos Serrano Ferreira*

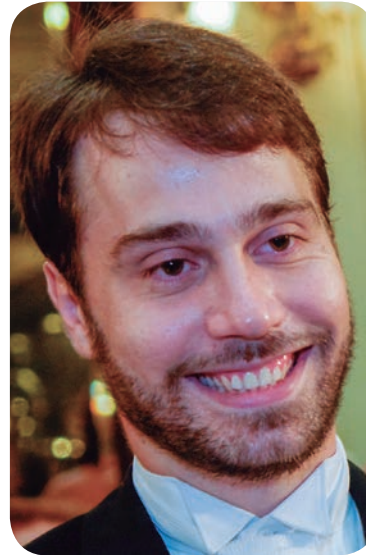
Nenhum império é eterno. Uma verdade esquecida pelos que geriram ao longo da história os diversos impérios, da Antiguidade aos impérios coloniais capitalistas. Independente de suas naturezas e sob quais regimes político e econômico se basearam, todos pereceram. Prova disto são os ciclos das potências hegemônicas garantes do sistema-mundo capitalista nos últimos séculos, do genovês-ibérico ao estadunidense, passando pelo holandês e o inglês. A queda pode ser catastrófica e final, como a do Império Romano, marcada pela deposição do último imperador romano do Ocidente pelos hérulos de Odoacro, em 476 d.C, culminar de uma longa decadência; ou pode ser mais suave e garantir algum tipo de influência, ainda que subordinada ao novo hegemom, como no caso britânico.

Isto não é definido apenas pelos líderes dos impérios e suas idiossincrasias, mas deriva de uma série de condicionantes – alguns permanentes, outros conjunturais – que erodem as bases do poder, como a vitalidade ou decadência do modo de produção no qual se baseia. Contudo, quanto mais avançado esse processo, mais a influência no topo, das elites imperiais, pode moldar e determinar a sua natureza. Se

no passado as reverberações destas quedas circunscreviam-se aos povos do interior e próximos de cada império, a decadência estadunidense, potência líder de um capitalismo quase universal – e que influencia e determina as franjas fora de seus limites – tem por isso significado mundial.

Um império em decadência como o estadunidense têm duas posturas possíveis: negociar com a superpotência em ascensão e se acomodar em uma situação confortável, mas secundária; ou uma fuga em frente, tentando manter a qualquer custo a hegemonia que se esvai. Esta segunda via é mais perigosa, tanto para si, pois acelera sua decadência, aproximando-o de uma queda abrupta, quanto para o mundo, pois as ações perpetradas tendem a lançar o mundo em profunda instabilidade, engendrando caos e retrocessos. Somemos a isso os sinais de decadência estrutural do sistema capitalista, os enormes arsenais nucleares e uma profunda crise ecológica e teremos a receita certa para um cenário de enorme perigo.

Os governos estadunidenses têm trilhado o caminho de tentar impedir o inevitável. Esta dinâmica tem sido muito forte desde George W. Bush, com uma inflexão, mais na forma do que no conteúdo, com Obama. A escolha americana é a fuga em frente. Donald Trump reforça essa



dinâmica, elevando-a exponencialmente. Isto não significa que do ponto de vista estadunidense a alternativa de acomodação com a China seja simples – ou mesmo possível – tendo em vista complicadores desta, ao ser uma potência socialista – ou de capitalismo de Estado, dependendo do intérprete; uma civilização milenar oriental, distinta do Ocidente; possuir uma população de mais de um bilhão de indivíduos, escala que exige uma outra forma de gestão econômico-social; entre outros. Nem mesmo está dado que seja possível a reprodução de um novo ciclo hegemônico dentro dos marcos capitalistas. Podemos estar assistindo uma travessia para uma nova forma de organização da estrutura de poder internacional, seja em sentido progressivo, o que não é a ten-

dência que se apresenta, seja para formas mais brutais, hierárquicas e bárbaras, ou mesmo retrocessos similares à passagem para a Idade Média. O crescimento de forças de extrema-direita em todo o mundo é um sintoma deste risco.

A decadência estadunidense assiste à corrosão desigual das quatro hegemonias: econômica, político-ideológica, financeira e militar. A mais deteriorada é a econômica, que se enfrenta com a emergência de polos competidores cada vez mais fortes, em particular com o deslocamento do eixo de acumulação mundial para a Ásia, primeiro com o Japão e agora com a China, e a construção de uma União Europeia (UE) hegemônica pela Alemanha reunificada. A político-ideológica foi afetada pelo fim da URSS e das democracias populares, que, ao fazer recuar momentaneamente o desafio comunista, retirou a justificativa para a exportação do modelo ideológico estadunidense, bem como para a subordinação das outras potências aos EUA. Os substitutos buscados não oferecem a mesma credibilidade, como o “terrorismo global” de Bush ou a Rússia em reemergência. Restam ainda as hegemonias financeira e militar. Os EUA possuem a moeda internacional e Wall Street, bem como um orçamento militar muito maior que a Rússia, segunda potência militar (US\$647

bi x US\$47 bi). Os últimos presidentes estadunidenses tentaram manter a hegemonia através da força militar, como as guerras de Clinton, Bush e Obama. Porém, mesmo quando recorriam a iniciativas unilaterais, buscaram ao máximo garantir que ocorresse dentro da institucionalidade internacional construída pela liderança estadunidense no pós-Segunda Guerra, e sempre manejando para manter a hegemonia ideológico-política a partir de um discurso ideológico liberal e da manutenção de boas relações com seus aliados tradicionais europeus e japoneses.

A financeirização econômica e o neoliberalismo engendraram profundas desigualdades e crises que minaram o regime político estadunidense e – como ocorre por todo mundo – levaram à erosão do centro político e à polarização. Os democratas impediram o avanço da esquerda, impedindo a indicação do socialista Bernie Sanders e nomeando um membro do *establishment*, Hillary Clinton. Contudo, o Partido Republicano foi incapaz, e um elemento mais à direita, de fora da elite republicana tradicional, Donald Trump, consegue a indicação e vence as presidenciais. Esta característica será fundamental para entender como os EUA vêm tentando nesta presidência manter sua hegemonia internacional.

Trump é um oportunista. Ele se move apenas para garantir sua própria sobrevivência política, tarefa difícil, pois conta com resistências internas ao seu próprio partido e mesmo da própria estrutura de governo. É esta lógica de autossobrevivência que norteia suas movimentações em matéria de política interna e exter-

na, e isso pode levar a parecer que suas ações são ilógicas ou irracionais, mas são coerentes com sua busca de manter e avançar suas bases de apoio. Isto explica a mudança completa da política em relação à Rússia: de aproximação à imposição de novas sanções. A política inicial era movida por um misto de fatores, como tudo na administração Trump: questões pessoais (relações com Putin), orientações de extrema-direita (preocupações de seu antigo estrategista chefe, o fascista Steve Bannon, com a “ameaça civilizacional” árabe e chinesa) e análises estratégicas lógicas (como as sugestões de Henry Kissinger de reversão de sua histórica política triangular, com a aproximação à Moscou para conter Pequim). Contudo, as investigações em torno das supostas interferências russas nas eleições presidenciais o forçaram a mudar de posição, ainda que de forma atabalhoada, e tentar com ações desmedidas mostrar que não possuiria acordos com Putin. Claro que o desastroso golpe de Estado na Ucrânia, suportado por Obama com o intuito de afastar a Rússia da Alemanha e criar uma onda russófila que justificasse a manutenção da presença militar estadunidense na Europa, limitava a margem de manobra.

Da mesma forma, a política comercial estadunidense volta-se mais para a manutenção e reforço de bases de suporte interna. Trump venceu sobretudo ao ganhar apoio da classe operária estadunidense, abandonada pelos democratas e vivendo a penúria neoliberal, com a deslocalização das indústrias para outros países. Eles percebem, de forma justa, que os dividendos da política

neoliberal ficaram com as grandes corporações. O *America First* e o *Make America Great Again* busca responder a ansiedade dessas bases – e também outros setores – preocupadas com o declínio americano e os efeitos sobre si. O medo, instrumento permanente do fascismo, leva estes setores a buscarem saídas fortes, que incluem um recrudescimento da imigração interna, mas também uma política mais dura em relação ao mundo. Não por acaso, um lema muito similar, *Let's Make America Great Again*, foi usado em 1980 por Ronald Reagan, presidente que impôs um discurso de confrontação com a URSS. A retórica de Trump busca atingir este setor sob o discurso de reconstruir a hegemonia econômica perdida.

O grande problema para os EUA é que esta forma de imposição quase imperial de suas posições, mais dominação que hegemonia, respondendo erradamente às mudanças de opinião de suas bases eleitorais, acaba por acelerar o declínio de sua hegemonia político-ideológica, distanciando tradicionais aliados, ampliando as tensões com antigos adversários, isolando-o. Minha sua função frente às elites capitalistas mundiais de garantia do livre comércio e de estabilidade econômica, conflitando com o discurso liberal que tem sido a ideologia de sustentação de sua hegemonia. Isto propiciou que a China pudesse assumir a insólita posição de defensora mundial do livre comércio e da globalização contra o isolacionismo de Trump, inclusive em Davos.

As movimentações de Trump na área comercial, se retirando da Parceria Transpacífico, em busca

de construir acordos bilaterais, bem como a morte do NAFTA na mesma lógica e a imposição de tarifas de importação na metalurgia e sobre importações oriundas da China e UE, pode até atrair ganhos para alguns setores empresariais dos EUA, mas fragiliza sua capacidade de moldar as regras do comércio internacional. Isto deixa espaço para o avanço chinês, não só na Ásia, mas mais além, em particular com a proposta do enorme projeto estrutural da Iniciativa Faixa e Rota (Rota da Seda e Rota da Seda Marítima do Século XXI). A China ameaça a dianteira tecnológica em alguns setores que os EUA ainda possui, com sua iniciativa *Made in China 2025*. A política de sanções contra o Irã, com a retirada estadunidense do Acordo Nuclear, criou constrangimentos com a UE, forçando-a a ativar um mecanismo de compensação para as empresas que sofrerem retaliações por continuarem a negociar com esse país.

Porém, esta postura também ameaça outras áreas que estavam ainda asseguradas. No campo militar, a Rússia realizou as manobras militares Vostok 2018, as maiores de sua história. E, o mais importante, contou com a presença de tropas chinesas (e mongóis). As sanções contra a Turquia e as pressões sobre os países europeus em torno da OTAN podem levar ao ruir desse instrumento militar estadunidense. Em junho, nove países europeus, incluindo as principais potências do continente, assinaram acordo para criação de uma força de intervenção europeia, o que pode significar um afastamento do quadro da aliança militar dos EUA.

A hegemonia do dólar está a

ser fragilizada pelo regime de sanções. Mesmo antes de Trump, o FMI já havia incluído o Yuan em sua cesta de moedas de referência. A Rússia, por exemplo, está a avançar com a desdolarização, apostando na moeda chinesa e no ouro como reservas. Mesmo a UE, já abalada em 2006 pelo es-

cândalo sobre o sistema SWIFT, caminha para sair da esfera financeira dos EUA, sendo proposta pelo ministro de Relações Exteriores alemão a construção de um sistema alternativo para transações interbancárias.

Internamente, sua política amplia a polarização social, e en-

gendra um ascenso das mobilizações, em particular dos setores que lutam contra as várias formas de opressão, e cria novo espaço para divulgação de ideias socialistas, menos rejeitadas pelas novas gerações estadunidenses.

Afastando a UE, solidificando a aliança sino-russa e abrindo espa-

ço para a ampliação da influência chinesa, Trump acelera a decadência da hegemonia estadunidense. Hegemonia que foi cimentada sobre guerras, intervenções e subversões em todo o mundo, em particular no Terceiro Mundo. Poderia ser uma boa notícia. Porém, a ausência de alternativa progressiva torna a conjuntura perigosa.

As ações de Trump aumentam as incertezas políticas e econômicas mundiais, acirram as tensões e provocam um aprofundamento das disputas entre as potências pelo lugar de topo da hierarquia do sistema capitalista.

Para nós, no Terceiro Mundo, os efeitos maléficos serão sentidos ainda com mais força, devido à nossa fragilidade política e à nossa dependência econômica. Claro que alguns setores empresariais podem ter ganhos, como os exportadores de soja brasileiros, pois a China retaliou os EUA na importação deste produto e terá que encontrar outros mercados que supram os 60% que importava desse país. Mas os riscos que se colocam globalmente são maiores do que os ganhos pontuais. As tensões podem levar ao abrandamento do crescimento econômico mundial. Sombriamente se vislumbram novamente o acumular no horizonte de tenebrosas nuvens carregadas de guerra. Como dizia o poeta W.H.Auden, quando o tirano chora, “as crianças morrem nas ruas”.

*É chefe do Departamento de Estudos Latino-americanos do Instituto para o Desenvolvimento Inovativo (Moscou) e vice-coordenador do Laboratório de Estudos sobre Hegemonia e Contra-Hegemonia (LEHC-UFRJ).



A guerra comercial entre China e Estados Unidos

Williams Gonçalves*

Admitindo-se que exista realmente o que se convencionou denominar “guerra comercial”, sua característica mais óbvia é que ela sempre é defensiva. Segundo o entendimento que as relações comerciais formam um jogo de perde-ganha, o jogador que está ganhando nunca a desencana. A iniciativa de iniciar a guerra é sempre a do que se julga perdedor.

A guerra comercial é uma guerra entre os grandes Estados na disputa pela hegemonia. Trata-se, portanto, de uma disputa cujo vencedor obtém o poder de ditar as novas regras do jogo. Isso significa que a disputa diz respeito a todos os integrantes do sistema. Afinal, a luta no centro do sistema implica sempre a sorte dos países periféricos, conquanto não se deva extrair disso a ideia que a periferia está necessariamente destinada a perder. Ganhar ou perder depende muito da arte de quem comanda.

A guerra comercial atual tem como protagonistas Estados Unidos e China. Donald Trump deu início a ela acusando a China de desrespeitar as regras do comércio internacional. Por considerar os Estados Unidos perdedores, Trump tem adotado medidas protecionistas, repetindo os mesmos argumentos que os britânicos usaram contra alemães e norte-americanos no último quarto do século XIX, quando estavam perdendo a liderança para as duas potências ascendentes, qual seja o argumento de que o livre comércio devia dar lugar ao comércio justo. Vale

lembrar que, naquela altura, um dos mais importantes resultados da disputa foi a flexibilização dos princípios liberais e a consequente colonização da periferia asiática e africana.

Um aspecto muito pitoresco dessa querela comercial sino-norte-americana, que não pode deixar de ser mencionado, é a denúncia feita pela Comissão de Revisão Econômica e de Segurança Estados Unidos-China de interferência chinesa nas instituições do país. De acordo com relatório recente apresentado pela comissão, os chineses estão influenciando os influenciadores norte-americanos. Mediante o financiamento de *think tanks* e a criação de ONGs socioculturais, os chineses estariam alterando em seu benefício a percepção que o público norte-americano tem da China. A derrota comercial estaria, assim, sendo consumada com a derrota no campo das ideias dentro mesmo dos Estados Unidos.

Como o passado revela e o presente confirma, guerras comerciais são parte do processo mais abrangente de luta pela hegemonia. É um fenômeno recorrente na evolução do sistema capitalista de produção, mas, naturalmente, sempre apresentando características específicas. Na atualidade, o livre comércio tem traços distintos daquele do século XIX, quando os britânicos recorreram ao protecionismo para se proteger dos emergentes, bem como daquele do século XX, promovido pelo GATT, após a II Guerra Mundial, quando os EUA assumiram sua condição hegemônica. Desde a última

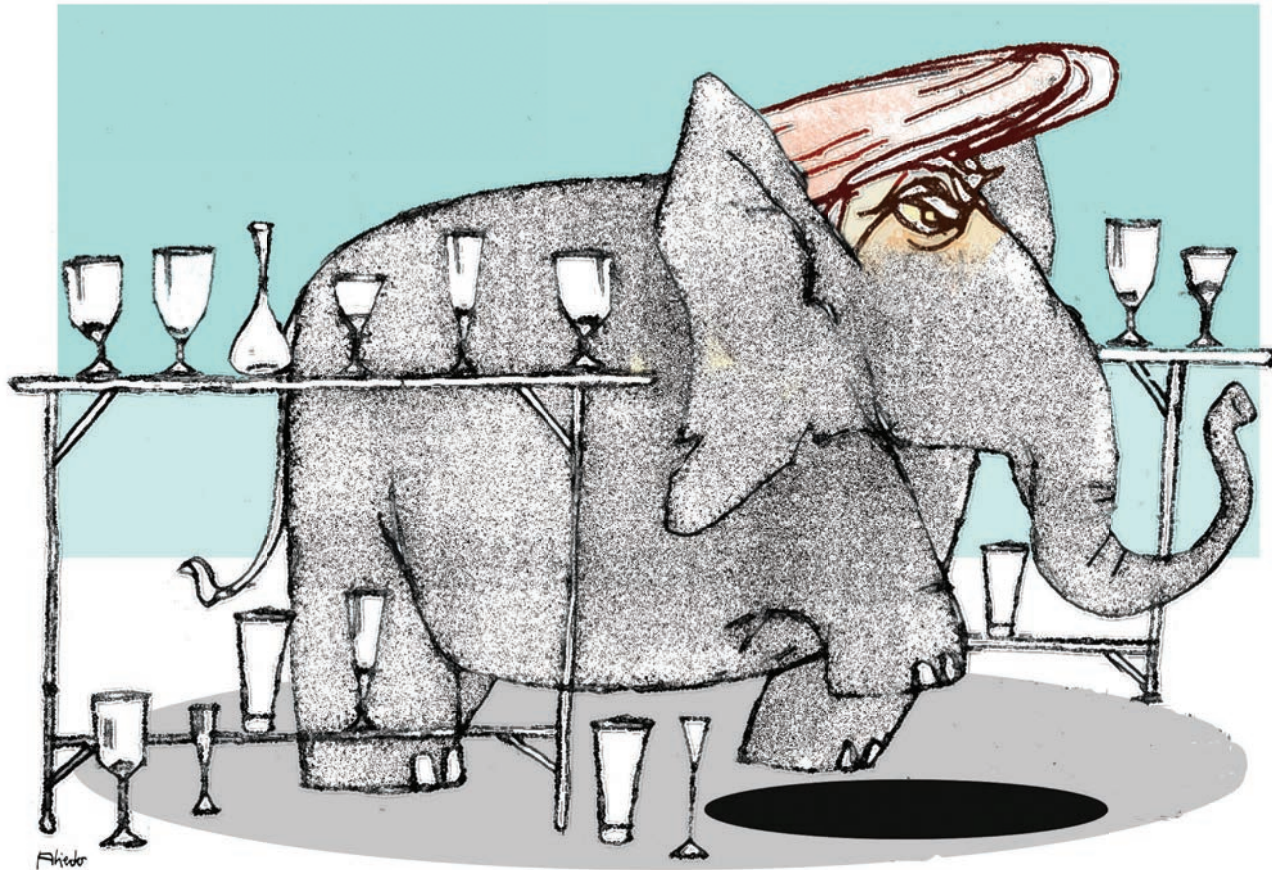


rodada de negociações do GATT, Uruguai (1986-1994), e da criação da OMC (janeiro de 1995), o conceito de livre comércio sofreu mudanças importantes, passando a envolver quesitos que eram estranhos ao comércio propriamente dito – propriedade intelectual; serviços; compras governamentais; meio ambiente; concorrência; e questões trabalhistas.

A pirotecnia e o permanente quiproquó que têm caracterizado o Governo Trump muitas vezes encobrem uma ideia básica de seu programa e que presentemente encontra respaldo em boa parte dos opositores democratas, que é aquela que o processo de globalização liderado pelos Estados Unidos beneficiou os chineses em detrimento da economia norte-americana. A guerra comercial iniciada por Trump na verdade é uma reação à vantagem industrial e tecnológica conseguida pelos chineses, que souberam explorar com rara competência as oportunidades oferecidas pela

globalização. As medidas protecionistas que ele tem tomado seriam, portanto, forma legítima de punir os chineses pelas trapaças na obtenção de tecnologia, patentes e segredos industriais e, consequentemente, pela supressão de empregos de alto nível nas indústrias dos EUA. Porém, ao optar por essa linha de ação, o Governo dos Estados Unidos se insurge contra a OMC, instituição que foi criada para zelar pelo livre comércio e que serviu como baluarte do processo de globalização, o que significa, em última análise, que os Estados Unidos estão a rejeitar a ordem internacional que eles próprios esforçaram-se para erigir em Bretton Woods.

Evidentemente que o caminho da guerra comercial escolhido por Trump não conduzirá à reversão desse quadro. Não será por meio da elevação das tarifas de importação que os norte-americanos recuperarão a liderança do processo de desenvolvimento industrial e tecnológico. Além de os chineses terem alta capacidade de retaliar, as medidas ostensivamente protecionistas atingem outras importantes economias que comerciam com os Estados Unidos. Por outro lado, os setores produtivos da economia norte-americana que têm sido atingidos pelas retalições dos chineses, como é o caso dos fazendeiros do Meio-Oeste, não suportarão dar seu apoio político por tempo indeterminado à política protecionista. Em algum momento, devido aos prejuízos que esse setor agrícola tem acumulado, a estratégia econômica de Trump será inevitavelmente colocada em questão internamente.



A guerra comercial preocupa muito os aliados europeus e japoneses dos Estados Unidos. Não apenas pelas questões comerciais propriamente ditas, mas pelo o que de muito importante ela encobre – o modelo de desenvolvimento da China. O opulento desempenho comercial da China não poderia se dar caso não houvesse sólido sistema produtivo a alimentá-lo. E o que garante a solidez desse sistema é a existência de um Estado forte a administrá-lo. Estado esse que comanda o processo econômico e não se deixa submeter à lógica das corporações multinacionais e das finanças, como acontece no restante do mundo. A mão forte do Estado não apenas age no sentido de negociar com rigor o acesso dessas corporações ao seu mercado, mas age também no sentido de proteger as condições de vida dos trabalhadores chineses, impedindo assim que se em-

pobreçam como tem ocorrido com os trabalhadores em toda parte.

Em face desse quadro de crise no centro do sistema internacional, a situação do Brasil é muito desconfortável. Mais vinculado à China que aos Estados Unidos no comércio e nos investimentos, o Brasil perdeu o rumo, havendo praticamente desistido de lutar para se tornar um país de economia industrial e tecnologicamente desenvolvido. Desprovida de um projeto nacional que a instrumentasse a agir de maneira parecida com a dos chineses, negociando melhor o acesso a seu mercado e protegendo sua força de trabalho, a camada dirigente decidiu adotar um modelo ultraliberal, que tampouco é acolhido pelos Estados Unidos, que, pelo contrário, em nome da segurança nacional tem procurado proteger sua força de trabalho por meio de medidas protecionistas e

nacionalistas. O caminho brasileiro tem sido o de espoliar a classe trabalhadora e de criar as condições mais favoráveis possíveis para a exportação de produtos primários, o que resulta em mais desindustrialização, comprometimento ambiental, redução da renda geral e encolhimento do mercado. As crises sistêmicas são oportunidades para os países periféricos explorarem as rivalidades das grandes potências e, assim, negociarem maior grau de autonomia. Porém, ao que tudo indica, não será dessa vez que isso irá acontecer ao Brasil.

É impossível prever como a guerra comercial opondo os Estados Unidos à China irá terminar. A história tem mostrado que a solução para esse problema nunca é encontrada pela via pacífica. Dificilmente os chineses abrirão mão de sua posição. Depois de terem vivido um século inteiro na condição de semi-

colônia dos ocidentais, é certo que não aceitarão desempenhar qualquer papel que lhes pareça secundário e humilhante. Por outro lado, os Estados Unidos também não aparentam aceitar facilmente perder a posição hegemônica e se acomodar a uma ordem internacional orquestrada pelos chineses. Ainda que Donald Trump seja um presidente muito problemático, o fato é que ele assumiu abertamente o descenso internacional do país e se mostra determinado a evitar que isso se consuma. E essa sua determinação concorre para reduzir drasticamente a margem de manobra de qualquer sucessor seu, que se verá forçado a sustentar a posição atual, mesmo que venha a usar linguagem menos agressiva. É de se esperar, portanto, que dias mais difíceis virão.

* É professor de Relações Internacionais da Uerj.

A “democracia de mercado” contra a China

Elias Jabbour*
Alexis Dantas**

Não precisamos de muitos neurônios para saber que a melhor forma de medir o tamanho da democracia norte-americana está no aumento ou diminuição da capacidade de consumo de sua população. Não exageramos. Intelectuais sérios como Noam Chomsky e Harold Bloom cansam de repetir, cada um ao seu modo, que a democracia dos EUA é uma falácia, um jogo em que a disputa é entre os partidos do “Grande Capital” pelo controle de um Estado cada vez mais teocrático, decadente e violento. O importante é manter baixa a inflação e colocar dinheiro no bolso da classe média. O “resto” (negros, pobres, latinos etc), o mercado cuida.

Neste sentido historicizante, gostemos ou não de Trump, mas temos de admitir: O homem é corajoso. Está cumprindo o que prometeu, impondo ao mundo a maior guerra comercial da história, onde – como de costume – cada país procura preservar sua reserva de mercado a começar pelo próprio (exceção cabe ao Brasil, que, longe de preservar o próprio mercado, o próprio Estado pratica um *dumping* contra o próprio país, se encarregando de organizar o “ambiente de negócios” necessário ao nosso retorno à condição de colônia). Informa-nos o professor John Ross que essa “brincadeira” iniciada por Trump contra a China já está custando ao bolso das famílias norte-americanas a perda de 850 dólares somente em 2018¹.



Elias Jabbour

Os “ciclos juglarianos” de Trump

Parece que os assessores de Trump não somente conhecem, mas também apostam que os EUA estão entrando na fase expansiva de seu “juglariano”² ainda em 2018, o que levaria alívio às famílias e empresas afetadas pelo aumento dos impostos sobre importações de determinados produtos. Eis a razão e o sentido da pressa com que Trump tem executado seu plano e partido à ofensiva contra a União Europeia, de forma a forçar concessões da UE nas próximas rodadas de negociações comerciais e “obrigá-la” a ladear com os EUA em ações conjuntas contra a China.

Clauzewitz em algum momento disse que “a guerra é a política levada a cabo por outros meios”. “Por meios violentos”, segundo Lênin. E a economia não passa da política feita de forma diferente. Enfim, se a crise não se resolve no seu campo de origem (economia),



Alexis Dantas

com efeitos imprevisíveis sobre as classes sociais internas e do mundo em geral, será na política o lugar onde a equação de dará fim. Se nada disso der certo, o conflito voltará ao campo da economia, com possibilidades reais de seguir à solução militar.

Não existe nada de irracional nas ações de Trump. Ele não é uma caricatura como a esquerda liberal do seio do imperialismo acredita ser. Ele sabe que o tempo joga contra ele. E como Reagan, ele tomou a decisão de governar – de fato – os EUA, enfrentando seus problemas de frente e da forma histórica: ameaças, retaliações comerciais, bloqueios financeiros e estratégia de não escolher aliados contra o inimigo principal. Corteja Putin, assim como Nixon o fez com Mao Tsé-Tung em 1971. Donald Trump está longe de ser um idiota. E menos ainda de uma fraude política como Barack Obama – um anão político sem precedentes na história recente dos EUA e do mundo.

A China “joga o jogo”

A lição de Clausewitz, Lênin e Trump só demonstra que os conflitos de interesse anexos na atual crise financeira mais guerra comercial tendem a passar à forma de conflito político. E em ambas arenas, a comercial e política, a China “joga o jogo” no seu campo. Retribuiu as tarifas impostas por Trump com ações semelhantes, como por exemplo, no caso da soja. O interesse chinês – uma verdadeira muralha de aço quando o assunto é a defesa da paz mundial – é manter a contenda no campo da economia, decisão cujo único sentido é o julgamento chinês de estar em condições de ajudar o capitalismo e o mundo a encontrar saída aos atuais problemas.

O Projeto da Nova Rota da Seda e seus trilhões de dólares envolvidos em projetos para interligar fisicamente o mundo e a assertiva anunciada a todo instante pelo presidente chinês, Xi Jinping, da construção de um mundo sob a forma de uma “comunidade de destino comum”, respondem por si sobre a Grande Estratégia chinesa. Observando pela ótica chinesa, a política de Trump não tem sentido, nem perspectivas na medida em que acredita que uma crise sem esperança de saída encontre solução mexendo no calcanhar de Aquiles da China. Quem acredita nesse tipo de coisa não sabe que a China não é uma semicolônia ocupada militarmente como o Japão e a Coreia do Sul. O país que fez a maior revolução social do século XX, que incluiu derrotar os

EUA, não se dobrará como o Japão o fez em 1985. O buraco é mais embaixo.

O que realmente está em crise?

O momento demanda observarmos além do horizonte, tentando responder sobre a real natureza da crise e da guerra comercial dela derivada. Não existe muito espaço para dúvidas de que o comércio internacional suscita problemas

muito complexos que não envolvem os mercados em si. Envolvem questões profundas de planejamento. Por exemplo, uma coisa são decisões tomadas a prazos dilatados, como no caso da Nova Rota da Seda, que guarda interesses estratégicos a todos os países envolvidos. O oposto é tentar levar a tomada de grandes decisões ao campo da negação da integração e interação entre povos e países.

A crise do comércio internacional tradicional não planifica-

do é um dos determinantes da crise do sistema e da guerra comercial em curso associada. Não somos ingênuos a ponto de acreditar que não haverá resistência contra a generalização da planificação do comércio internacional. O problema consiste em saber se a tendência será o retorno ao comércio de velho tipo ou, ao contrário, a generalização do que já ocorre na China onde o comércio exterior é um bem público, planejado e de Estado³ — do qual

os contratos relativos aos projetos da Nova Rota da Seda representam ótimos prenúncios.

Conclusões

O planejamento econômico, em geral, não é apenas um instrumento capaz de permitir a um país prescindir em grande parte do comércio exterior ou se fazer utilizar de instrumentos típicos de uma guerra suja, como o faz agora Trump. Em geral, se alguma coisa puder ser feita, planejadamente se fará melhor. Assim, se à outra parte também convier — isto é, não somente à China, mas também aos EUA e União Europeia —, o planejamento pode ser utilizado para, pelo aumento do intercâmbio, aumentar o grau de integração da economia do sistema e mundial. Esta parece ser a presente política da China.

* É professor adjunto da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FCE-Uerj) e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas (PPGCE) da Uerj. Email: eliasjabbour@terra.com.br

** É professor associado e diretor em exercício da FCE-Uerj e professor do PPGCE da Uerj, onde também exerce a coordenação do Núcleo de Estudos das Américas (Nucleas). Email: alexis.dantas@gmail.com

1 ROSS, J. (30/08/2018): Anti-China tariffs: a cost to every US family of \$850. *CGTN.COM*. Disponível em: https://news.cgtn.com/news/3d3d774e3351444f79457a6333566d54/share_p.html

2 Ciclo econômico cuja duração varia de sete a dez anos identificado por Clement Juglar na década de 1860.

3 JABBOUR E.; DANTAS, A. (2017): The political economy of reforms and the present Chinese Transition. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 37, n. 4, p. 794.



O JE publica o último dos resumos dos textos vencedores do 27º Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado. O trabalho de conclusão de curso de Pâmella Teixeira Mendes Penna, graduada pela UFF, recebeu menção honrosa no concurso.

Financeirização e Dependência: o Brasil nas transformações do capitalismo contemporâneo



Pâmella Teixeira Mendes Penna*

A partir da crise da chamada “era de ouro” do capitalismo, profundas mudanças no modo de produção e acumulação ocorreram em todo o globo. A crise estrutural, ao mesmo tempo em que abalou as bases do sistema capitalista, propiciou as condições para que ele se reorganizasse. No centro dessas mudanças, destacou-se o abandono das teorias de desenvolvimento na periferia do sistema em prol do discurso da estabilização macroeconômica – aparentemente, o único caminho possível. O receituário pautado nesse ideal tornou-se a regra adotada pelos tomadores de decisão do Brasil desde a década de 1990 e parece perdurar, de forma não linear e assumindo distintas roupagens, até os dias de hoje.

As transformações ocorridas na economia no último quartel do século XX foram sentidas por toda a sociedade e suscitaram na academia intensos debates acerca do que estaria por vir. *Financeirização e Dependência: o Brasil nas transformações do capitalismo contemporâneo* é mais um esforço para entender este momento e mais especificamente a inserção do Brasil nesta nova dinâmica de acumulação capitalista. No entanto, é importante ressaltar que, diferentemente das teses que defendem o “fim do trabalho” e/

ou o “fim da história”, ao longo de todo o texto busca-se mostrar que, ainda que as alterações ocorridas no sistema capitalista tenham sido significativas – podendo até indicar uma nova etapa –, o trabalho continua estruturando a sociedade, e, por isso, a teoria de Marx continua válida para compreendê-la. Seguindo, portanto, um caminho distinto do apresentado pelos apologetas do “fim”.

A monografia é, assim, estruturada em três capítulos que buscam todo o tempo dialogar com tais mudanças. A ideia defendida ao longo de todo o texto é a de que o “novo” regime de acumulação se sustenta no capital fictício. Por isso, toda a análise está direcionada para a tentativa de compreensão desta categoria e da dinâmica da esfera financeira, além de seus respectivos reflexos na economia brasileira e na sua relação de dependência.

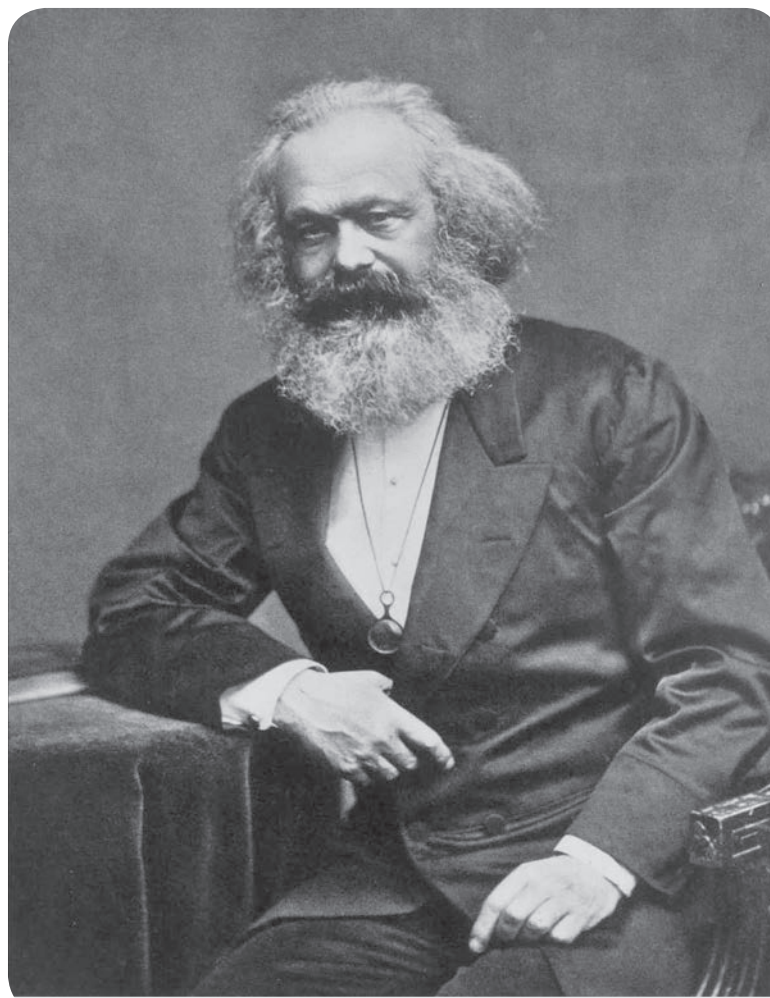
Embora a crise seja cíclica no capitalismo, suas consequências estão inseridas em dado contexto histórico. Logo, a conformação que decorre da crise que assolou todo o globo nos anos de 1960-70, o capitalismo contemporâneo, é resultado das formas anteriores que havia assumido o modo de produção capitalista até então. Por isso, a primeira parte do texto trata da temática das crises. Inicialmente, apresenta uma recuperação mais teórica, a partir das considerações

de Marx acerca do tema no sistema capitalista – evidenciando como a crise pode de empecilho tornar-se possibilidade de retomada de crescimento –, para depois adentrar nos aspectos mais concretos do período destacado. Com as baixas taxas de crescimento e as altas taxas de inflação e desemprego, o capital precisava buscar “novos” caminhos para valorizar-se. Através de uma breve descrição do esgotamento dos “anos dourados” do capitalismo, a fim de traçar um panorama das alterações do padrão de acumulação no mundo, é exposta, na segunda parte do primeiro capítulo, a resposta do capital à sua crise. Resposta esta que se sustenta em um tripé: reestruturação produtiva, ideologia neoliberal e “financeirização”. Sobre este último “pé” há uma explanação maior e mais detalhada no trabalho. Uma vez que o capital fictício é apontado como a categoria necessária à compreensão do capitalismo contemporâneo, é preciso tratar algumas problematizações relativas ao conceito de “financeirização” presente em alguns trabalhos que discorrem acerca desta mesma temática.

No capítulo seguinte, busca-se mostrar como estas transformações que ocorreram a nível mundial se materializaram no Brasil. Inicia-se, desta forma, com uma pequena recuperação histórica do processo imediatamente anterior à adoção do receituário ne-

oliberal, partindo dos anos 1970 e adentrando na chamada década perdida. Este percurso tem como intuito mostrar quais foram as condições criadas para que a agenda neoliberal fosse aceita e amplamente implementada no país. A década de 1990 foi o marco desta adesão ao novo modelo em curso e por isso, a partir dela, é realizada uma exposição mais detalhada das políticas aplicadas pelos governos, abordando desde Collor até Lula. Assim como no restante do trabalho, o foco está na esfera financeira. Por isso, busca-se compreender quais foram as mudanças feitas pelo país para se inserir nesta nova lógica financeirizada, destacando algumas reformas significativas, como da previdência, a partir de 1998. Através da análise, é possível notar que o processo global da acumulação capitalista tem sido coordenado pela lógica do capital fictício independentemente da corrente ideológica do governo. Deste modo, mesmo partidos com colorações ideológicas tão distintas assumiram neste período políticas semelhantes de ampla abertura e liberalização financeira.

No último capítulo, tendo em vista o protagonismo da esfera financeira no capitalismo contemporâneo, exposto a nível global no primeiro capítulo e nacional no segundo, são resgatados certos marcos teóricos – nomeadamente, a teoria marxiana, desenvolvida no livro III de *O capital* e a chamada teoria marxista da dependência – para compreender os processos descritos e suas consequências. Nesse sentido, o debate acerca da autonomização das formas funcionais do capital é aprofundado. Perpassa-se pelas categorias de capital comercial e capital portador de juros, para então chegar no capital fictício e nas suas respectivas



funcionalidades e disfuncionalidades ao sistema. Sobre esse aspecto, vale ressaltar que o ciclo do capital industrial sofre mudanças significativas com o capital fictício, tornando-se mais extensivo e mais intensivo. Por esta razão, é necessária uma análise mais detalhada desta trajetória para melhor entender as crises no capitalismo contemporâneo, assim como os reflexos na reorganização da relação entre os países periféricos e centrais. Como o país escolhido para estudo é o Brasil, uma nação que se insere de forma dependente na divisão internacional do trabalho, é resgatada no texto a Teoria Marxista da Dependência a partir de Marini para melhor esclarecer essa condição. Depois desta breve exposição, des-

tacam-se, na parte final da monografia, as alterações que a valorização fictícia acarreta na dinâmica de dependência.

Após todo este percurso, o trabalho permite apontar que o capital fictício é a categoria essencial para a compreensão do padrão de acumulação capitalista atual e que de fato há uma nova fase do capitalismo marcada pela sua autonomia. Contudo, destaca-se que esta autonomia é sempre relativa, uma vez que o capital fictício não está desligado do ciclo global do sistema. Além disso, a discussão em torno da materialização da lógica fictícia em um país periférico como o Brasil evidencia ainda que a condição de dependência é intensificada em um contexto de domi-

nância do capital fictício. Sobre isso, o trabalho busca mostrar como o advento do neoliberalismo parece afastar qualquer chance real de desenvolvimento.

Por isso, ainda que de maneira brevíssima, a monografia não termina sem fazer alguns apontamentos sobre esta temática. A partir da constatação de que a condição dependente é algo que deve ser superado, o texto busca assinalar que é necessário pensar em rumos distintos para a economia nacional que desafiem a máxima neoliberal de que “não há alternativa”. Assim, busca-se destacar que algumas medidas antineoliberais poderiam ser tomadas nesse sentido. Porém, é ressaltado que em uma medida deste tipo não há garantia de enfrentamento à desigual lógica do sistema capitalista, o qual propaga continuamente a exploração e perpetua a dependência. Além disso, uma política “apenas” antineoliberal pode acabar por restringir-se em um debate maniqueísta – criando a ideia de um capital “bom” (produtivo) e um capital “mau” (financeiro) –, mascarando, deste modo, a relação de complementaridade que existe entre os diferentes tipos de capitais que fazem parte do mesmo ciclo global de produção e reprodução capitalista. Por este motivo, o texto finaliza indicando que o debate sobre a reversão das tendências que ora se apresenta para a economia brasileira, preocupado em criar alternativas efetivamente orientadas à superação da dependência, precisa antes de tudo resgatar uma posição radicalmente crítica da sociedade do capital.

Orientador: Hugo Corrêa

* É graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Fluminense.

Pela UFRJ e pelo Museu Nacional

Muito se disse a respeito do orçamento da UFRJ, em decorrência da tragédia ocorrida no Museu Nacional. Nos principais veículos de comunicação e nas redes sociais, uma série de números surgiu para basear diferentes opiniões, por vezes inverdades. Por isso, o Fórum Popular do Orçamento optou por estudar o orçamento da Universidade e do Museu a fim de esclarecer os dados oficiais.

Afinal, qual o real quadro fiscal da UFRJ? Para responder a essa questão, analisamos, no período de 2013 a 2018, as despesas totais da própria e seu Complexo Hospitalar, as despesas discricionárias – aquelas que são de fato geridas pela Universidade – e detalhamos a série histórica dos investimentos da UFRJ e da dotação autônoma do Museu Nacional. A fim de compreender para onde tem caminhado a UFRJ, observamos a evolução das despesas de manutenção predial. Por fim, trazemos breve panorama do orçamento da assistência estudantil, uma das principais pautas dos estudantes por todo Brasil – especialmente com as mudanças no perfil das universidades federais da última década² – e investigamos os projetos do Museu submetidos à Lei Rouanet.

Desde já, destacamos a dificuldade de acesso a diversos dados da Universidade, tais como: informações gerais sobre atividades de ensino; o número de cursos de extensão e de grupos de pesquisa; um levantamento das obras urgentes de estrutura da universidade; e a despesa total do Museu Nacional, que depende de um detalhamento das despesas de pessoal e das outras despesas correntes (limpeza, energia elétrica, água, etc.) por Unida-

de Gestora pagas pela UFRJ, que não é disponibilizado.

Utilizamos como fonte dos dados o Portal de Visualização do Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura, o Inep³ e o Siga Brasil, principal instrumento de registro, acompanhamento e controle do processo orçamentário.

Todos os valores foram deflacionados pelo IPCA-E de junho de 2018.

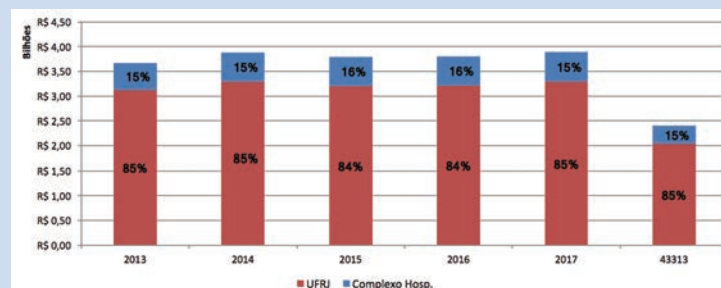
Como funciona o orçamento da UFRJ e do Museu?

A UFRJ, enquanto Órgão, engloba duas Unidades Orçamentárias, a UFRJ e o Complexo Hospitalar da UFRJ, que recebem repasses orçamentários via Ministério da Educação. Essa dotação é determinada pela Lei Orçamentária Anual da União (LOA). Já o Museu Nacional é entendido como uma Unidade Gestora, que faz a administração dos recursos próprios ou descentralizados pela UFRJ.

É importante ressaltar que a UFRJ não tem ingerência sobre a dotação na LOA. Na maioria das vezes, a dotação realmente liberada para ser empenhada pela universidade é uma parte da dotação inicial e não é disponibilizada pelo Executivo de uma vez só, mas ao longo do ano.

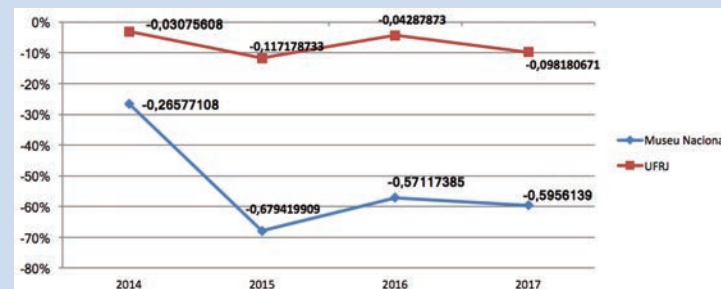
Em 2009, a Reitoria vigente, juntamente com os responsáveis por cerca de 60 Unidades Gestoras ligadas à UFRJ, decidiu pela implantação do Orçamento Participativo. O objetivo era descentralizar uma parte do orçamento total, pois se entendia que não havia necessidade de abertura de processos licitatórios de toda a UFRJ para fins localizados. Ou seja, o orçamento divulgado pelos veículos de comu-

Gráfico 1 – Orçamento liquidado total: UFRJ e Complexo Hospitalar



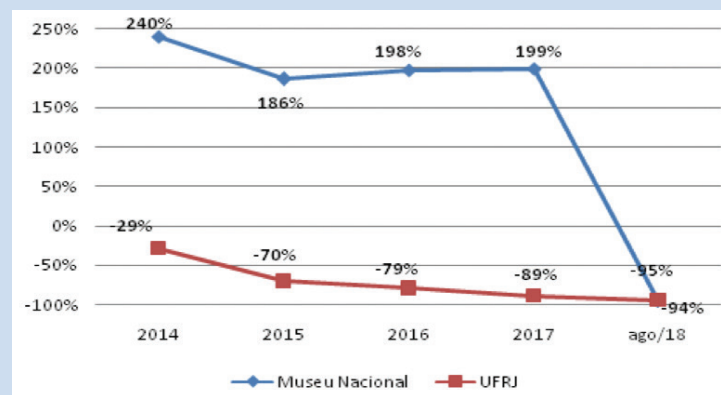
Fonte: Siga Brasil.

Gráfico 2 – Variação das despesas liquidadas (sem incluir despesa com Pessoal) em relação a 2013



Fonte: Siga Brasil.

Gráfico 3 – Variação do Investimento liquidado em relação a 2013



Fonte: Siga Brasil.

nicação como sendo supostamente “o orçamento total repassado ao Museu” corresponde, na verdade, apenas à parte descentralizada pelo Orçamento Participativo, a dotação autônoma. Assim, esse valor exclui todas as despesas com pessoal e

outras despesas correntes (limpeza, água e esgoto, energia elétrica, manutenção de elevadores, vigilância e demais serviços terceirizados) que são pagos diretamente pela UFRJ, sem constar no orçamento público do Palácio da Quinta. Justamen-

te por não ser integralmente gerido pelo Museu, não foi possível identificar o dispêndio total dessa unidade – que segundo a Reitoria é estimado em R\$ 7 milhões.

Orçamento Total: UFRJ e Complexo Hospitalar

O orçamento da UFRJ é composto, como citado, por duas Unidades Orçamentárias: UFRJ e Complexo Hospitalar da UFRJ. No exercício atual, o orçamento autorizado chegou a R\$ 3,76 bilhões, sendo R\$ 3,18 bilhões para a Universidade e R\$ 576 milhões para o Complexo Hospitalar. Em média, no período de 2013 a 2018, a Universidade compôs 85% e o Complexo 15%.

Observa-se no gráfico 1 pouca variação no orçamento liquidado total, com um modesto crescimento de 2015 a 2017. Já em 2018, até o final do mês de agosto, foram liquidados 63% da dotação autorizada. Isolando o orçamento da Universidade, percebemos que este acompanhou o total, crescendo de forma moderada. Ressalta-se, também, que no ano corrente o orçamento autorizado teve uma queda de 5,2%.

Orçamento UFRJ x Orçamento Participativo do Museu

Para compararmos a trajetória do orçamento da UFRJ com o do Museu Nacional, desconsideramos o Complexo Hospitalar, por ser uma Unidade Orçamentária diferente. Na construção do gráfico 2, a despesa com Pessoal não foi contabilizada, visto que esta rubrica não aparece no orçamento do Museu. Com isso, para calcular as variações apresentadas, utilizou-se as despesas discricionárias, incluídas em “Outras Despesas Correntes” (manutenção, materiais, serviços, etc.) e “Investimentos” (compra de aparelhos, máquinas, equipamentos, etc.). É importante reafirmar

Quadro 1 – Despesa liquidada do Museu Nacional até agosto

2013	2014	2015	2016	2017	2018
R\$ 275.430,03	R\$ 193.860,75	R\$ 108.388,83	R\$ 139.994,71	R\$ 147.752,21	R\$ 73.366,00

Fonte: Siga Brasil.

que o orçamento do Museu diz respeito apenas à parcela do Orçamento Participativo destinado ao Museu – deixando de fora parte não detalhada pela UFRJ.

Utilizando o ano de 2013 como base para compor as variações, percebe-se que, apesar de a Universidade ter apresentado queda no seu orçamento, a situação do Museu foi ainda mais desfavorável. Em 2015, por exemplo, a despesa destinada para tal patrimônio cultural foi 68% menor que em 2013, enquanto que o da UFRJ foi 12% menor.

Ao analisarmos a despesa liquidada do Museu até o final do mês de agosto, notamos que esta foi significativamente menor em 2018 se comparada com os outros anos do período. Em 2013, a despesa até agosto chegou a R\$ 275 mil, caindo para R\$ 73 mil no atual exercício, como mostra o quadro 1.

Investimento

Isolando os Investimentos, notamos que a relação entre UFRJ e Museu é diferente. Quando comparado a 2013, ano inicial do estudo, a UFRJ demonstra uma tendência negativa, com quedas significativas no nível de investimento, confor-

me mostra o gráfico 3. Entre 2013 e 2017, o gasto com investimento na Universidade diminuiu em 89%, ou seja, R\$ 48,4 milhões. Em 2018, até o mês de agosto, esta despesa foi de R\$ 3,3 milhões, o que indica a manutenção da trajetória decrescente do investimento na Instituição. Já o histórico do Museu Nacional mostra que o gasto com investimento aumentou cerca de 200% nos últimos cinco anos e chegou a R\$ 151 mil, em 2017. Todavia, até o 4º bimestre de 2018, o investimento no Palácio da Quinta foi de menos de R\$ 3 mil. Logo, percebemos que até o exercício anterior, houve um aumento do peso do investimento do Museu no total da Universidade, ainda que este tenha sido insuficiente.

Manutenção Predial

Dentro das “Outras Despesas Correntes”, encontra-se o subelemento (nível máximo de detalhamento da despesa) Manutenção de Bens Imóveis, que impacta diretamente na capacidade de preservação das unidades. Nesse aspecto, a trajetória do Museu segue a da UFRJ. Em ambos, nota-se uma queda significativa dessa despesa. No Museu, não ocorreu despesa com a Manu-

tenção de Bens Imóveis em 2016, assim como neste ano até agosto. O gráfico 4 explicita a redução.

Assistência aos Estudantes

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) é uma ação orçamentária que destina recursos às universidades federais para auxílio aos estudantes que se enquadram no perfil de até 1,5 salários mínimos de renda média familiar mensal.

O orçamento do PNAES autorizado para a UFRJ seguiu desde 2013 uma tendência de queda, mesmo rumo da UFRJ, tendo sua maior queda de 2016 para 2017, uma redução de R\$ 3,04 milhões. O da UFRJ é 35% menor este ano em relação ao primeiro analisado e o autorizado para o PNAES por sua vez, é 10% menor, o que mostra por si só uma pressão nos recursos da Universidade, como pode ser visto no gráfico 5.

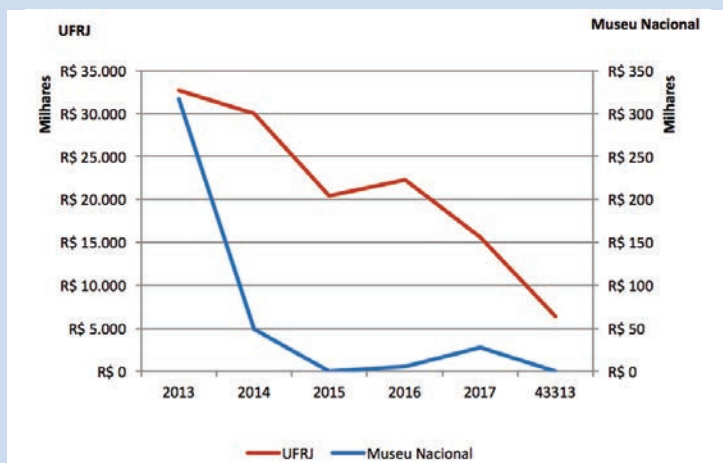
O peso do orçamento liquidado do PNAES em relação ao orçamento discricionário apresenta tímido aumento no período total. Isso porque, apesar de leve redução de 1,5% no orçamento do PNAES em relação a 2013, a expressiva re-

Quadro 2- Evolução do orçamento do PNAES em relação às matrículas ativas

Ano	Matrículas	PNAES liquidado	PNAES/aluno	PNAES/aluno/mês
2013	39211	R\$ 52.056.529,64	R\$ 1.327,60	R\$ 110,63
2014	39887	R\$ 48.491.718,11	R\$ 1.215,73	R\$ 101,31
2015	39610	R\$ 45.259.602,26	R\$ 1.142,63	R\$ 95,22
2016	38780	R\$ 44.130.611,84	R\$ 1.137,97	R\$ 94,83

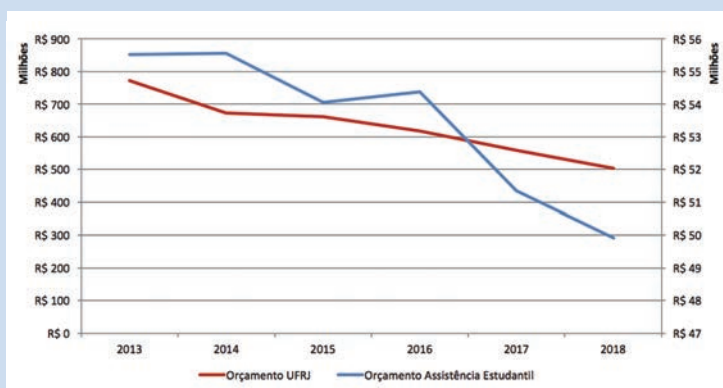
Fontes: Inep e Siga Brasil.

Gráfico 4 – Manutenção de Bens Imóveis



Fonte: Siga Brasil.

Gráfico 5- Orçamentos autorizados para o PNAES da UFRJ e discricionário da UFRJ



Fonte: Siga Brasil.

dução de 10% do orçamento discricionário contribuiu aumentar em 9% o peso do programa, reafirmando a insuficiência de recursos.

No Quadro 2, utilizamos a evolução do número de estudantes de graduação presencial na UFRJ disponibilizada pelo Censo do Ensino Superior promovido pelo Inep entre 2013 e 2016⁴. Com isso, foi possível perceber uma queda do gasto per capita do Programa Nacional de Assistência Estudantil no período, chegando em 2016 – último ano disponível para análise – a R\$ 94,83 por mês, com destaque para o perí-

odo entre 2013 e 2015, com queda de 14%. Segundo os dados de matrícula fornecidos pela própria Universidade, através da Pró-Reitoria de Graduação, o valor é ainda mais baixo, de R\$ 91,84 – e variação total de 18%. Vale ressaltar ainda que nem toda verba do PNAES é destinada para bolsas estudantis – uma parcela é alocada em investimentos voltados para Assistência Estudantil.

Segundo a IV Pesquisa Nacional do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior, promovida pela Andifes⁵, au-

mentou 105% a quantidade de estudantes que se enquadram no perfil PNAES de 2010 para 2014, chegando a 66,19% do total de estudantes nas 63 universidades federais do país. Isso evidencia que houve uma demanda crescente por programas de assistência estudantil, em especial o PNAES, decorrente de aumento significativo do número de estudantes com este perfil. Contudo, pela falta de informações públicas sobre a evolução do perfil de estudantes da UFRJ, só podemos sugerir que esse aumento de demanda tenha ocorrido também na federal do RJ.

Lei Rouanet

Como funciona a Lei Rouanet? O proponente deve submeter o projeto ao Ministério da Cultura. Quando aceito, o que é aprovado não é a destinação de recursos, mas a possibilidade de captação de recursos. Ou seja, não destina recursos diretamente aos proponentes, mas cria incentivos fiscais às empresas que apoiarem financeiramente os projetos.

Desde 2010, foram criados sete projetos destinados ao Museu Nacional, com valor total solicitado de R\$ 26,9 milhões⁶, e foi aprovada pelo Ministério da Cultura a captação de R\$ 15,81 milhões. Contudo, o Museu conseguiu captar de empresas apenas 4% do valor solicitado. Entre todos esses projetos criados, dois se destacam na prevenção de incêndio e por não captarem nenhum recurso. Um deles, no valor de R\$ 4,06 milhões, previa na sua descrição a “execução e instalação do projeto Prevenção de incêndio e pânico” e outro, no valor de R\$ 8,27 milhões, previa em uma de suas etapas de execução “instalações hidrossanitárias, elétricas, telefonia, climatização e prevenção de incêndio”.

Considerações Finais

A partir dos dados expostos, percebemos uma significativa queda no orçamento discricionário realizado pela universidade, com preocupação especial nos repasses de Investimento. Enquanto isso, o investimento liquidado para o Orçamento Participativo do Museu recebeu forte aumento a partir de 2014. No entanto, foi evidenciado que esses valores estiveram longe de suprir a necessidade de reformas do Palácio. Ao mesmo tempo, a redução da despesa com manutenção predial na Universidade em geral reforça um movimento incompatível com a realidade de precariedade de grande parte dos prédios da instituição, comprovada pela sequência de incêndios nos últimos anos.

A dificuldade orçamentária e a consequente precarização das unidades da UFRJ nos revela a necessidade de fortalecimento da universidade pública no Brasil. A tragédia do Museu Nacional não deve sustentar o argumento de apoio à privatização e redução de servidores, e sim atentar para a importância do acompanhamento orçamentário dos centros de pesquisa, que muitas vezes é incapaz de suprir carências encontradas. À reitoria da universidade, cabe se responsabilizar com mais transparência nos dados, para, assim, expor as dificuldades de manutenção e evitar informações equivocadas circuladas nos meios de comunicação.

1 <http://www.une.org.br/2015/03/63%20C2%BAconeg-pela-universalizacao-da-assistencia-estudantil/>.

2 Ver Tópico “Assistência aos Estudantes”.

3 Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

4 Ainda não há dados de 2017 e 2018 disponíveis para análise.

5 Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior.

6 Consulta disponível no Portal da Lei Rouanet e valores deflacionados pelo IPCA-E junho 2018.